



José Guimarães

Orçamento terá de se adaptar à reforma tributária

Durante audiência na Comissão Mista de Orçamento, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, disse ontem que a proposta orçamentária para 2004 deverá ser modificada, para se ajustar à reforma tributária em discussão no Congresso Nacional. Ele citou como exemplo o repasse de parte dos recursos da Cide para os estados.

Página 3

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.787 - Brasília, sexta-feira, 19 de setembro de 2003

Comissão aprova programa que estimula o primeiro emprego

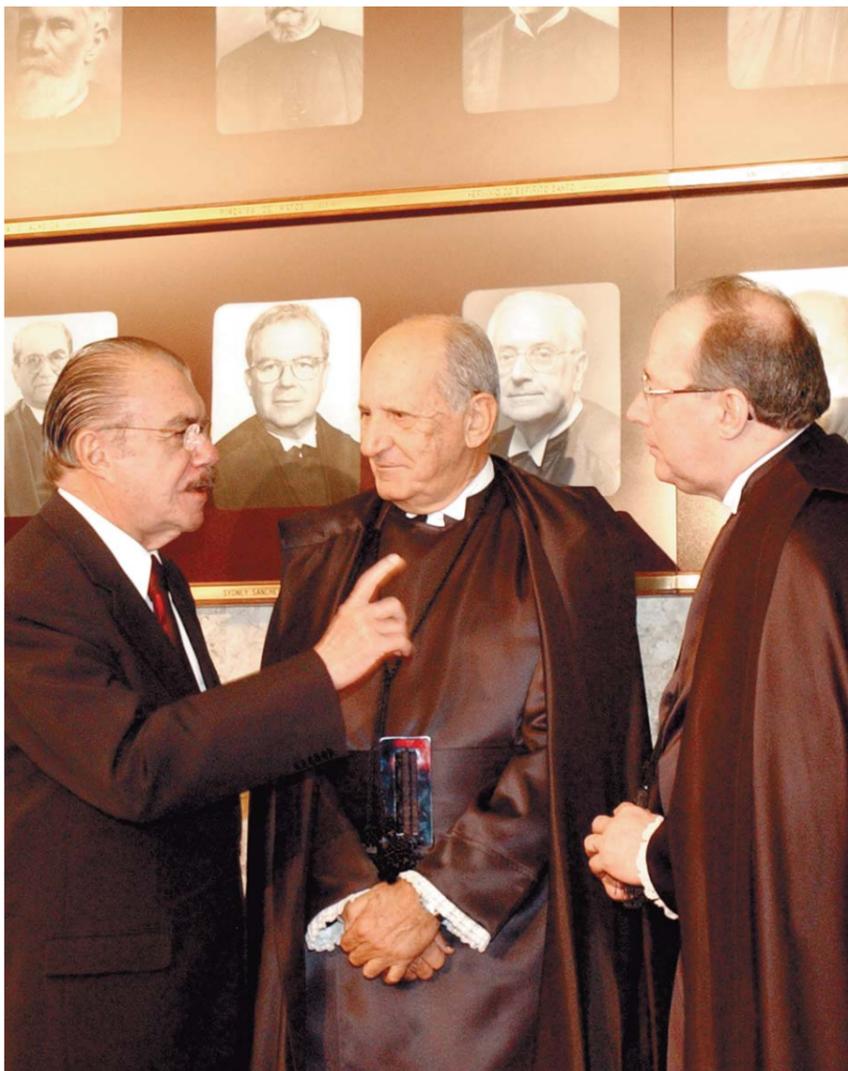
■ Depois de passar pela Câmara dos Deputados, o projeto que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens foi aprovado ontem, por unanimidade e sem receber emendas, pela Comissão de Assuntos Sociais. A proposta agora será votada em Plenário

Página 5

Amorim ainda acredita em solução na OMC

Ouvido pela Comissão de Relações Exteriores, o ministro Celso Amorim manifestou ontem a certeza de que, apesar da falta de resultados concretos após a reunião de Cancún, a Organização Mundial do Comércio (OMC) continua sendo um fórum de negociação "fundamental e insubstituível" para o Brasil.

Página 6



Gerardo Magela

Maturidade une o Senado e o STF, afirma Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem da solenidade de comemoração dos 175 anos do Supremo Tribunal Federal. Em pronunciamento, Sarney afirmou que o Senado e o STF "são Casas muito próximas", vinculadas pelas qualificações exigidas para a ocupação dos respectivos cargos: ponderação, responsabilidade e maturidade.

Página 2

Renan: Câmara não cumpre acordo sobre armas

Renan Calheiros avalia que o Estatuto do Desarmamento foi "desfigurado" na Câmara pelo lobby das armas. Por não dar urgência à proposta, diz, a Câmara descumpriu acordo firmado com o Senado.

Página 8



NO SUPREMO Sarney (E), com Maurício Corrêa e Celso de Mello: harmonia dos Poderes

Sarney destaca relevância dos 175 anos do Supremo para o país

Valores que ligam Legislativo e Judiciário, como maturidade e ponderação, foram lembrados pelo senador

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem de sessão solene realizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para comemorar os 175 anos de criação da Corte de Justiça. No mesmo evento, foi lançado, pela Empresa de Correios e Telégrafos, carimbo alusivo à data, seguindo-se o lançamento de três livros editados pelo STF em parceria com o Senado – *A Constituição de*



PUBLICAÇÃO Sarney convidou Maurício Corrêa, presidente do STF, a assinar convênio para edição da *Revista de Jurisprudência do Tribunal*

1937, de Araújo Castro; *Do Poder Judiciário*, de Pedro Lessa; e *História do Direito Constitucional Brasileiro*, de Waldemar Martins Ferreira. Antes de se

dirigir à solenidade, Sarney apresentou ao Senado requerimento de voto de aplauso pelo aniversário do STF.

Em discurso, Sarney ressal-

tou valores que vinculam Legislativo e Judiciário.

– Senado e Supremo são Casas próximas por laços formais, por estarem os membros de uma Casa sujeitos ao exame da outra, porém, mais próximas pelos vínculos não escritos, pelas qualificações aos cargos, como a ponderação, a responsabilidade e a maturidade – afirmou.

Na ocasião, Sarney surpreendeu o presidente do STF, ministro Maurício Corrêa, convidando-o a assinar convênio para que o Senado e aquela Corte editem a *Revista de Jurisprudência do Tribunal*, publicação trimestral de grande interesse no meio jurídico brasileiro.



ACERTO Para Crivella, foi correta decisão do STF contra editor que publicou livro anti-semita

Crivella aplaude condenação por crime de racismo

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) aplaudiu decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de condenar por crime de racismo o editor gaúcho Sigfried Ellwanger pela edição de livros propagando idéias anti-semitas. Ele lembrou que o crime de racismo é inafiançável e imprescritível.

Como presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Israel, Crivella considerou histórico o julgamento do STF e assinalou que liberdade de culto e de expressão são valores caros ao povo brasileiro.

Ele também condenou qualquer atitude de discriminação e, como maior vítima desse comportamento, citou o Rio de Janeiro, que sofre com tratamento desigual por parte do governo federal. Para Crivella, o presidente Lula está sendo ingrato com o estado que tantos votos lhe deu nas eleições do ano passado.

Refinaria

O senador se queixou de que o sonho da refinaria de petróleo está cada dia mais distante e protestou contra o fato de o Rio de Janeiro ser grande produtor de petróleo e não poder cobrar Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o produto, uma vez que ele é cobrado no destino, assim como o ICMS relativo à energia elétrica.

Crivella repudiou atitudes discriminatórias contra o Rio, como a exclusão de parcela das verbas que o Ministério da Justiça está distribuindo para ações de segurança pública.

– O governo federal alega que o estado está inadimplente, mas questiono essa matemática porque o Rio de Janeiro envia, todos os anos, R\$ 40 bilhões em impostos e somente recebe, de volta, menos de 5% desse montante. É um caso único na Federação – protestou.

Serys ressalta importância da CLT

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) recebeu ontem, em solenidade no Tribunal Superior do Trabalho, medalha comemorativa aos 60



José Cruz

anos da Consolidação das Leis do Trabalho. A senadora disse que a Justiça do Trabalho conta com canal permanente para a discussão e apresentação de suas reivindicações junto ao Poder Legislativo, ressaltando o papel fundamental na sociedade brasileira.

À cerimônia, estiveram presentes o presidente do TST, Francisco Fausto, o vice-presidente, Vantuil Abdala, os demais ministros da Casa e juízes, além do presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso (23ª Região), Roberto Benatar.

Agenda

Plenário realiza sessão não deliberativa

A sessão de hoje, às 9h, e a de segunda-feira, às 14h30, são dedicadas a comunicados da Mesa e a pronunciamentos. Na terça-feira, está na ordem do dia projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Estatuto do Idoso (PLC nº 57/03). As sessões são transmitidas ao vivo pela TV e Rádio Senado.

Subcomissão visita a Vale do Rio Doce

A Subcomissão de Extração Mineral, que estuda a compensação financeira por extração mineral, está em Minas Gerais realizando contatos e audiências públicas. Hoje haverá visita às instalações da

Companhia Vale do Rio Doce e audiência na Câmara de Vereadores, em Itabira. Amanhã, o colegiado irá à área de recuperação das Minerações Brasileiras Reunidas, em Belo Horizonte.



Cidade Amiga da Terceira Idade

A TV Senado exibe hoje, às 19h30, no programa *Cidadania*, entrevista com Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e os atores da novela *Mulheres Apaixonadas*, da Rede Globo, Regiane Alves e Daniel Zewttel, sobre o programa *Cidade Amiga da Terceira Idade*, lançado pela Subcomissão do Idoso.

Livro sobre Previdência

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social lança hoje, às 10h, no gabinete do senador Paulo Paim (PT-RS), o livro *Previdência do Serviço Público Brasileiro: fundamentos e limites das propostas da reforma*, que mostra a evolução da legislação previdenciária do setor público.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

César Borges teme aumento dos impostos

O senador César Borges (PFL-BA) disse ontem que o projeto de reforma tributária em discussão na Câmara dos Deputados deixa brechas para o aumento da carga de impostos, que hoje chega a 36% do Produto Interno Bruto (PIB) e tornou-se poderoso entrave à produção, à geração de empregos, aos investimentos e às exportações, além de estimular a informalidade.

Segundo César Borges, em vez de elevar a carga tributária, o governo deveria rever o compromisso com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a seu ver "insensato", de manter superávit fiscal de 4,25% do PIB. O senador assinalou que a redução de um ponto percentual na meta de superávit liberaria



CAMINHO Borges quer que Senado modifique a reforma tributária

mais de R\$ 17 bilhões para investimentos, valor duas vezes maior que todo investimento previsto pelo governo para 2004.

Na avaliação do senador baiano, o país está perdendo uma oportunidade preciosa de mudar seus rumos, baixando a carga tributária para competir num mundo cada vez mais globalizado. Se for aprovada como está, "atendendo apenas aos interesses fiscais imediatistas do governo federal", a reforma tributária logo precisará de novos reparos, advertiu. Para ele, é fundamental que o Senado aperfeiçoe a proposta, avançando nos princípios de desoneração e justiça tributária.

– Não podemos desperdiçar essa oportunidade histórica.

Agripino sugere redução do compulsório bancário

O governo deve convocar uma reunião com os banqueiros e fazer um acordo para que os usuários possam ter acesso a juros mais baixos, defendeu ontem o líder do PFL, José Agripino (RN). Para o senador, o governo deve tomar medidas concretas neste sentido, como diminuir o depósito compulsório e os impostos cobrados aos bancos, para que haja mais dinheiro disponível no mercado.

Agripino disse concordar com as reclamações do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, sobre as altas taxas de juros cobradas dos clientes, mesmo quando a Selic começou a cair, mas observou que o governo também deve assumir



MECANISMO Agripino afirma que queda no compulsório pode diminuir taxas de juros

suas responsabilidades.

– Quanto mais escassa a mercadoria, maior é seu preço – enfatizou o senador, ao destacar que os bancos precisam de mais dinheiro para poderem emprestar e é a política econômica que vai permitir isso.

Plenário discute criação da Procuradoria do TCU

O Plenário realizou ontem a segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que cria a Procuradoria do Tribunal de Contas da União (TCU). Pela PEC nº 39/2001, a consultoria jurídica e a representação legal do TCU serão exercidas por procuradores pertencentes ao seu quadro funcional. Hoje, cabe à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional executar judi-

cialmente dívidas resultantes de decisões do TCU.

A emenda constitucional em discussão esta semana também atingiria os tribunais de contas dos estados e municípios. Substitutivo à PEC aprovado na CCJ conferiu *status* constitucional aos advogados pertencentes ao quadro funcional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para exercer a defesa judicial da respectiva Casa.

Mantega avisa que lei orçamentária vai mudar

■ Ministro alega que as modificações introduzidas pela reforma tributária não estavam previstas



EXEMPLO Mantega (E) citou caso da divisão dos recursos da Cide com os estados

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, disse ontem que a proposta de Orçamento para 2004 deverá ser modificada para se adaptar às mudanças provocadas pela reforma tributária que está tramitando no Congresso. As declarações foram feitas em audiência pública realizada na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Pelo texto da reforma aprovada na Câmara dos Deputados, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), cobrada sobre a venda dos combustíveis, passará a ser repartida com os estados. Isso, observou Mantega, vai representar menos receita para a União, o que não foi previsto na lei orçamentária enviada ao Congresso.

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) manifestou ao ministro sua preocupação com o va-

lor do salário mínimo, a ser fixado no Orçamento de 2004. Para ele, o Brasil deveria ter um salário mínimo de 100 dólares, conforme a proposta do PFL. "Entendemos que o PT também gostaria que tivéssemos um salário mínimo maior, mas não vejo recursos para esse aumento", observou o senador. Em resposta, Mantega disse que o aumento do mínimo não está definido.

– Temos tido dificuldades, pelas restrições fiscais e orçamentárias, de dar reajustes maiores. Esse aumento será definido apenas em abril, depois que verificarmos a dinâmica da receita – explicou o ministro do Planejamento.

O dinheiro para hospitais e

postos de saúde foi outra questão levantada no debate. Os deputados Darcísio Perondi (PMDB-RS) e Rafael Guerra (PSDB-MG) criticaram a inclusão do Fundo de Pobreza no orçamento do Ministério da Saúde. Segundo Guerra, isso vai tirar mais de R\$ 3 bilhões da Saúde só em 2004.

Mantega explicou que apenas as ações ligadas à saúde feitas com dinheiro do fundo foram incluídas no orçamento do Ministério, acrescentando que, em 2004, a verba para a Saúde vai ter um aumento de R\$ 5 bilhões com relação a 2003.

O ministro do Planejamento também falou na comissão sobre as metas do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para o período de 2004 a 2007, enviado ao Congresso com a proposta orçamentária para 2004. Ambas as matérias tramitam na Comissão Mista de Orçamento e serão votadas até o fim do ano pelo Legislativo, segundo informou o presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Senado vota PEC sobre novos municípios

O Senado deverá votar na próxima quarta-feira, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC nº 13/2003) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que transfere aos estados a competência legislativa para criar, incorporar, fundir ou desmembrar municípios. Hoje essa atribuição é da instância federal, o que, na opinião do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador João Alberto Souza (PMDB-MA), fere o pacto federativo.

A emenda estabelece que os procedimentos de criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios terão como meta a preservação e continuidade da unidade histórico-cultural do ambiente urbano e será pautada por lei estadual, feita até 12 meses antes das eleições municipais. Ainda está prevista a realização de plebiscito junto à população atingida.

Dos senadores que participaram do último dia de discussão



MEDIDA Zambiasi, autor da emenda, sugere plebiscito só entre a população atingida

da matéria em primeiro turno, apenas Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) defendeu a aprovação da PEC. Ele concordou com a argumentação do relator de que é uma interferência no pacto federativo o Congresso decidir pela criação de novos municípios. O senador disse que o assunto tem que ser tratado no âmbito estadual mas apoiou a aprovação de uma lei federal que defina parâmetros.

Já o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), mesmo reconhecendo a boa intenção do autor da proposição, argumentou

que a alteração, se aprovada, "agravará a já dramática situação dos municípios do país". Ele lembrou que o desmembramento causa prejuízos principalmente para o município-mãe, que além de manter sua despesa, a estrutura e os encargos já assumidos ao longo do tempo, ainda sofrerá uma perda de arrecadação.

Na mesma linha, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que aprovar a PEC de Zambiasi seria cometer um ato de "insanidade política" em nome da autonomia dos estados. Ideli Salvatti (PT-SC) registrou que, na maioria dos casos, os novos municípios se mantiveram nos dois primeiros anos de criação, mas depois demonstraram ser inviáveis.

O senador César Borges (PFL-BA) destacou que a criação de novos municípios gera perda de receita para os já existentes – como a receita é uma só, novos municípios provocam uma diminuição na arrecadação de todos os demais.



Roosevelt Pinheiro

PRECARIEDADE Leonel Pavan denuncia a caótica situação da BR-470

Pavan cobra recuperação de rodovia

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) denunciou em Plenário as difíceis condições de tráfego da BR-470 – uma das mais importantes de Santa Catarina –, por onde passam 30 mil veículos diariamente. Essa rodovia, segundo o parlamentar, já se tornou mais perigosa do que a BR-101.

Conforme o parlamentar, a BR-470, que se acha praticamente intransitável, “registra acidente a toda hora”. Ele disse que, além dos acessos precários e da falta de sistema de escoamento da água das chuvas, “o que provoca a formação de verdadeiras armadilhas para os motoristas”, a estrada não possui sinalização.

Pavan dirigiu apelo ao ministro dos Transportes, Anderson Adauto, e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que liberem recursos destinados à recuperação daquela rodovia. O senador manifestou sua “simpatia e grande respeito” pelo ministro, a quem endereçara várias críticas no início do governo. Na sua opinião, Adauto “está tendo boa vontade em ajudar e tem reclamado do próprio governo federal a liberação de recursos”.

Municípios

O senador também defendeu mudanças na reforma tributária, de modo a atender reivindicações dos prefeitos. Leonel Pavan advertiu que os 21 municípios da microrregião de Joinville, em seu estado, deverão perder, se for mantida a proposta atual, R\$ 113,4 milhões em relação aos repasses efetuados em 2002. Essa quantia equivale a 27% dos R\$ 421,5 milhões recebidos no ano passado, informou o parlamentar.

CPI DO BANESTADO

Ex-diretor da Unimed diz que recursos foram declarados ao IR

■ Médico afirma que remessas para o exterior nada tiveram a ver com intervenção na empresa

Em depoimento ontem à CPI do Banestado, o ex-presidente da Unimed de São Paulo, médico José Ricardo Savioli, afirmou que os recursos enviados por ele ao exterior são oriundos de mais de 30 anos de serviço na medicina e foram devidamente declarados ao Imposto de Renda. Ele foi acusado de fazer remessas de mais de R\$ 2 milhões poucos dias antes de a Unimed São Paulo sofrer intervenção da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Savioli, que é ortopedista, apresentou à CPI documentação que acredita justificar as movimentações bancárias, que totalizam R\$ 2.510.632. O médico abriu seu sigilo bancário à



Waldemir Rodrigues

EXPLICAÇÕES José Ricardo Savioli (ao lado de Antero) presta depoimento

CPI e já entregou extratos comprovando as operações. Garantiu que seu patrimônio é compatível com as emissões feitas ao exterior e contou que trabalha como ortopedista há mais de 30 anos e que dirige clínica particular especializada

em mãos, onde trabalham mais de 50 profissionais.

O relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP), esclareceu que as remessas feitas por Savioli foram realizadas nos dias 18, 19, 22 e 26 de dezembro, cada uma no valor de R\$ 500 mil. Contou ainda que a ANS decretou intervenção na Unimed no dia 21 de dezembro de 2000. Mais uma aplicação foi feita em 2001, no valor de R\$ 641 mil, informou Mentor.

Savioli afirmou que as remessas nada tiveram a ver com a intervenção. Segundo o médico, apenas em 27 de março ficou sabendo da iniciativa da ANS de intervir na Unimed paulista. De acordo com José Ricardo Savioli, as remessas foram feitas por motivos pessoais, uma vez que encontra-se há seis anos em litígio com a ex-mulher. No entanto, os bens do médico encontram-se bloqueados pela ANS.

A senadora Ideli Salvatti (PT-

SC) questionou por que motivo, morando em São Paulo, o médico usou o Banco Araucária do Paraná para fazer suas aplicações. Perguntou também se houve transferência de patrimônio para algum filho. O médico explicou que usou o banco Surinvest, localizado em São Paulo, para fazer a aplicação, mas que esta instituição bancária não tinha conta no exterior e por isso precisou usar o Araucária como caminho para aplicar no Uruguai.

Segundo Savioli, não há denúncias contra ele de desvio de recursos, apenas de má gestão. Disse que a Unimed paulista entrou em dificuldade por ter investido em projetos muito grandes, como o de oferecer serviço de remoção aérea.

A próxima reunião da CPI será na terça-feira, às 10h. Deverão ser ouvidos os gerentes do Banestado Eraldo Ferreira, Ricardo Franczyk, Valdir Antônio Perin e Valderi Werle.

Ex-governador desconhece movimento suspeito em conta

O ex-governador do Paraná (de 1975 a 1979) Jaime Canet, em depoimento à CPI do Banestado, disse desconhecer movimentações financeiras consideradas suspeitas em sua conta no Banco Araucária. As declarações do depoente fizeram com que o presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), e o relator da comissão, deputado José Mentor, apontassem para a necessidade de aprofundamento das investigações sobre irregu-

laridades no Araucária.

O ex-governador afirmou ainda que não tinha conhecimento que, antes de seguirem para os Estados Unidos, seus recursos teriam passado por Montevidéu, no Uruguai, em uma operação feita pelo Banco Araucária. Canet disse tampouco saber que Cláudio Roque Casimiro, um suposto “laranja”, teria feito depósito de R\$ 296 mil em sua conta na corretora do Banco Araucária, em 28 de fevereiro de 1998, e que

recursos de sua conta teriam sido depositados na conta de Leon Naves Barcelos, outro “laranja”, em dezembro de 1998.

A senadora Ideli Salvatti sugeriu que, para garantir a veracidade do depoimento, seja quebrado o sigilo da conta de Canet na corretora do Araucária. Já o deputado Dr. Hélio (PDT-SP) acredita que o depoimento do ex-governador deixou claro que o Araucária era um banco irregular.



Waldemir Rodrigues

SURPRESA Jaime Canet estranha movimentação no Araucária

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) manifestou-se contra a quebra do sigilo da conta de Canet, por acreditar que a análise da contabilidade da corretora vai identificar as falhas e irregularidades cometidas.

Parlamentares destacam postura ética de Canet

Parlamentares que se manifestaram após o depoimento de Jaime Canet na CPI do Banestado elogiaram a conduta e o legado político do ex-governador. Ao final da audiência, o presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros, afirmou que, ao ocupar tribuna no Congresso Nacional, o ex-governador teve a oportunidade de esclarecer fatos.

– Tenho convicção de que, depois da tristeza do início do

depoimento, a alma (*de Canet*) esteja mais aliviada. O depoimento terá repercussões no Paraná e é um registro de que o dever da CPI é não esconder fatos, nem produzir violências contra pessoas inocentes.

Mesmo sem ser membro da comissão, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) fez questão de se manifestar como “testemunha da conduta inatacável” de Jaime Canet, a quem chamou de “operoso, com postura éti-

ca imbatível”. No governo de Canet, continuou Alvaro Dias, não sobrou resquício de qualquer suspeita.

Na mesma linha, Osmar Dias (PDT-PR) disse que, sem constrangimento e sem risco de estar cometendo um equívoco, o nome de Canet está inscrito na história do Paraná como o governador que mudou o estado.

Heráclito Fortes (PFL-PI) observou que, por informações de amigos e correligionários, tem

notícias de que Canet é um dos maiores formadores de grandes políticos no Sul do país, conhecido por sua capacidade de trabalho, competência e especialmente honestidade.

José Jorge (PFL-PE) é contra a quebra do sigilo bancário do ex-governador. “Não podemos fazer com que ele passe por esse constrangimento de ser confundido com alguém que está sendo investigado por irregularidades”, ponderou.



QUEBRA DE SIGILO Patrícia Saboya (E) requereu informações sobre envolvidos em escândalo no município paulista de Porto Ferreira

CPI da Exploração Sexual define novas diligências

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes definiu ontem as datas de duas novas viagens para diligências, desta vez aos estados do Paraná e de Mato Grosso do Sul. No dia 9 de outubro, a CPI estará em Foz de Iguaçu (PR), na região da Tríplice Fronteira, onde, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), existem cerca de 3,5 mil crianças e adolescentes explorados sexualmente. No dia 16 de outubro, a comissão fará audiência pública em Campo Grande (MS). Lá, a polícia e o Ministério Público apuram envolvimento de dois vereadores em casos de exploração sexual de meninas.

Na próxima semana, em Brasília, a CPI vai ouvir os de-

poimentos de uma adolescente paraibana, vítima de exploração sexual, e do promotor Herbert Douglas Targino, de Campina Grande (PB).

A CPI aprovou requerimento solicitando a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal dos envolvidos no caso de Porto Ferreira (SP), onde políticos e empresários locais participavam de orgias com crianças. O requerimento é de autoria da presidente da comissão, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE).

A CPI esteve em Porto Ferreira no final de agosto e tomou o depoimento de 25 pessoas, entre vítimas, familiares, acusados e autoridades. Desde o início das investigações, a Justiça já decretou a prisão de 12 acusados.

Heloísa: produtor não obtém refinanciamento

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu a edição, pelo governo, de regulamentação que permita aos produtores rurais com débitos junto aos fundos constitucionais acesso ao refinanciamento de suas dívidas. Segundo ela, os termos da medida provisória (MP) aprovada pelo Congresso que regulou o assunto não são claros o suficiente e têm permitido que os agentes financeiros neguem os pleitos, principalmente dos pequenos produtores.

— É preciso que o governo reveja [as regras]. O produtor rural paga o pato, especialmente o mais pobre. É preciso retomar as discussões e fazer resolução que atenda aos devedores dos fundos constitucionais — disse a se-

nadora.

Heloísa Helena lembrou que durante a discussão da medida provisória alertou os líderes do governo sobre os problemas no texto, inclusive sobre a data para inscrição no seguro-safra.



ADVERTÊNCIA Heloísa diz que fatos mostram que ela estava correta

A redação aprovada, contra o voto dela, tem impedido o acesso ao seguro por produtores alagoanos que, na data fixada para a inscrição, não haviam sequer iniciado o plantio.

O fato de a senadora ter votado contra a MP

foi um dos motivos alegados para o afastamento dela da bancada do PT no Senado. Heloísa Helena disse que os fatos demonstram agora que ela estava correta.

Programa do Primeiro Emprego passa na CAS

■ Se for aprovado pelo Plenário do Senado, projeto irá à sanção presidencial para virar lei

Por unanimidade, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável ao projeto do Executivo que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens. A proposta, já aprovada pela Câmara dos Deputados, vai agora ao exame do Plenário do Senado e, se aprovada, segue para sanção presidencial.

A relatora do projeto (PLC nº 58/2003), senadora Roseana Sarney (PFL-MA), manteve na íntegra o texto do projeto aprovado pela Câmara, ao rejeitar as 12 emendas apresentadas na CAS, entre as quais a dos senadores Flávio Arns (PT-PR) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que dava preferência a negros, mulheres e portadores de deficiência na contratação pelas



PARECER Roseana Sarney manteve na íntegra a proposta votada pela Câmara

empresas que aderirem ao programa.

Roseana reconheceu o sentido social da emenda, mas informou que manteve entendimento com o Ministério do Trabalho, para acertar que a preferência sugerida seja contemplada em regulamento.

O projeto do governo tem por objetivo principal estimular a geração de emprego para jovens de 16 a 24 anos de idade, integrantes de famílias com

renda mensal *per capita* inferior a meio salário mínimo, desde que estejam matriculados e freqüentando estabelecimentos de ensino fundamental ou médio. O projeto também prevê a qualificação profissional dos jovens.

Em troca, os empresários e pessoas físicas que aderirem ao programa passariam a receber estímulos financeiros, repassados diretamente pelo governo aos empregadores, obedecendo aos seguintes quesitos: pessoas físicas e jurídicas com faturamento anual até R\$ 1,2 milhão terão direito a seis parcelas de R\$ 200 por jovem contratado; e aquelas com faturamento superior a R\$ 1,2 milhão farão jus a um incentivo de até seis parcelas de R\$ 100.

O projeto determina ainda que os postos de trabalho gerados deverão ser mantidos por, pelo menos, um ano. Em caso de interrupção do contrato de trabalho, o empregador deverá restituir as importâncias recebidas.

Senado adia discussão sobre rótulo de dietéticos



Osmar preside a Comissão de Educação

O Plenário adiou a votação do projeto que obriga o rótulo de produtos dietéticos a conter, obrigatoriamente, informações sobre o limite máximo de tolerância à ingestão diária dos componentes químicos do produto. A proposta (substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 77/1995) determina também advertência sobre a necessidade de consulta médica prévia, caso o consumidor seja portador de condição patológica passível de interferência com esses componentes.

O Senado aprovou requerimento do senador Osmar Dias (PDT-PR), de encaminhar à Comissão de Educação (CE), a qual preside, o projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção, nas embalagens de roupas íntimas, de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata (PLC nº 88/2000).

O projeto que obriga à colocação de etiqueta de orientação para a prevenção do câncer de mama, na fabricação e comercialização de sutiãs (PLC nº 6/2001), que tramitava em conjunto, também seguiu para a Comissão de Educação.

Paim anuncia que Estatuto do Idoso será votado terça



Paulo Paim agradece a líderes

projeto. Ele também informou que a celeridade na tramitação da matéria só foi possível pela concordância do presidente da Subcomissão do Idoso, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), e do relator da matéria, senador Demostenes Torres (PFL-GO).

— Agradeço também à senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que seria a relatora do Estatuto do Idoso na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por ter concordado de pronto em dar seu parecer no Plenário — afirmou Paulo Paim.

O senador registrou que o Estatuto do Idoso, que beneficiará mais de 20 milhões de pessoas em todo o país, deverá ser sancionado no dia 27 de setembro pelo presidente Lula. Paim também registrou que recebeu documento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) informando que 8,5 mil trabalhadores daquela instituição aguardam definição do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre o dissídio coletivo da categoria.



Suplicy se mostrou preocupado com as repercussões da rodada de Cancún nas futuras negociações do Brasil sobre a Alca



José Maranhão, presente em Cancún como observador do Senado, elogiou a atuação da delegação brasileira



Jonas Pinheiro manifestou a esperança de que os EUA e os países europeus mudem a postura nas próximas reuniões



Ney Suassuna defendeu a redução das barreiras fitossanitárias impostas pelos importadores aos produtos nacionais

Cancún dará frutos, prevê Celso Amorim

Chanceler considera positivos os resultados da reunião da OMC no México

Ao fazer um balanço da 5ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), encerrada domingo em Cancún (México), o chanceler Celso Amorim sustentou, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que esse fórum de negociação é insubstituível e fundamental para o Brasil.

A ausência de resultados na conferência não significa, ressaltou Amorim, um sinal de declínio ou o fim da intervenção da OMC em disputas co-



FÓRUM Ministro Celso Amorim (C) mantém confiança de que a OMC é uma organização fundamental para as negociações brasileiras

merciais internacionais. A organização “ainda é a esfera ideal para a promoção de um embate legal e isento, sobressaindo ainda por garantir o direito ao contraditório”, ressaltou.

– Dispor de um espaço de negociação com relativo equilíbrio de forças é algo muito importante – afirmou.

Segundo Amorim, até potências econômicas mundiais, como Estados Unidos e União Européia, só se dispõem a rever políticas de subsídios e salvaguardas comerciais impostas aos países mais pobres em um fórum de dimensões globais. Embora a reunião de Cancún tenha sido encerrada sem acor-

do, o chanceler brasileiro disse não ser possível falar em “êxito ou fracasso absolutos”.

– Houve percalços, mas a rodada de Doha [negociações sobre desenvolvimento no âmbito da OMC que devem se desenvolver até 2004] continua viva e deve dar resultado – assinalou.

Não obstante esses contratempos, Celso Amorim acredita que a proposta do Brasil sobre a revisão das políticas norte-americana e européia de apoio doméstico, acesso aos mercados e subsídios à exportação de produtos agrícolas deve prevalecer na próxima conferência da OMC, marcada para dezembro.

Para o chanceler, essa posição foi abraçada pelos 22 países em desenvolvimento que aderiram ao G20-Plus, grupo liderado em pelo Brasil.

Senadores elogiam equipe de negociadores brasileiros

Os senadores que participaram da audiência pública elogiaram a competência da equipe de negociadores brasileiros liderada pelo ministro Celso Amorim. O Senado foi representado em Cancún pelos senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), Jonas Pinheiro (PFL-MT) e José Maranhão (PMDB-PB).

O presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), quis saber em que medida o resultado de Cancún afeta as negociações do Brasil para adesão à Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Celso Amorim disse que nenhuma negociação entre blocos econômicos regionais ou hemisféricos deve substituir a OMC, já que é lá que as regras fundamentais sobre comércio internacional são definidas.

Ao senador Ney Suassuna (PMDB-PB), Amorim informou que, embora não tenham sido tema central, as barreiras fitossanitárias aos produtos agrícolas sempre estão presentes em reuniões da OMC. Ele informou que o presidente Lula irá

visitar seis países árabes em dezembro, devendo tratar, entre outras, de questões comerciais.

João Capiberibe (PSB-AP) quis saber se os “temas de Cingapura” poderiam constar da agenda do G20-Plus, inserção que Amorim considerou difícil de ocorrer, pela existência de opiniões divergentes no grupo sobre alguns assuntos. O senador Heráclito Fortes perguntou sobre a perspectiva de novas adesões ao G20-Plus, ao que o chanceler respondeu que a gravitação de países no grupo é grande.

Jonas Pinheiro indagou sobre as expectativas de desdobramentos, na conferência de Genebra, das discussões travadas em Cancún. Amorim respondeu que espera que as potências mundiais que tentaram impor seu ponto de vista em Cancún possam apresentar novas bases de negociação. Ao senador Marcelo Crivella (PL-RJ), o chanceler observou que a OMC é o fórum ideal para discussão de barreiras tarifárias e não-tarifárias.

Comissão aprova embaixadores

A CRE aprovou por unanimidade, na reunião de ontem, parecer favorável às indicações de José Jerônimo Moscardo de Souza para embaixador na Bélgica e de Antonio Carlos Coelho da Rocha para o mesmo cargo na Jordânia. Ambos receberam 16 votos. Agora, as indicações serão examinadas pelo Plenário do Senado.

Durante a sabatina a que foi submetido, Coelho da Rocha falou da história e das características da Jordânia, lembrando que o país, apesar de ser predominantemente muçulmano, destaca-se por sua proximidade à cultura ocidental e pelo reconhecimento de alguns direitos femininos. Um dos maiores problemas que a Jordânia enfrenta, ressaltou, é a falta de água.

Moscardo de Souza, por sua vez, afirmou que pretende divulgar o Brasil na Bélgica. Para ele, o Brasil produz hoje a melhor música popular do mundo e defendeu mais investimentos nessa arte, que deve, a seu ver, ser encarada como um bem econômico. O indicado agradeceu aos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Marco Maciel (PFL-PE) pela ajuda que ambos sempre



ESTRATÉGIA Moscardo de Souza pretende divulgar a cultura brasileira na Bélgica

deram à sua carreira.

Durante a sabatina dos embaixadores, o senador João Capiberibe (PSB-AP) destacou a importância de o Ministério das Relações Exteriores se empenhar na divulgação da cultura brasileira no exterior.

Ao indicado Coelho da Rocha, o presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), afirmou que a comissão dará todo apoio para a realização, em 2004, de um encontro entre os países árabes e os da América Latina.

Acordo com a Ucrânia

A comissão de Relações Exteriores aprovou ainda relatório da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) favorável ao acordo entre o Brasil e a Ucrânia referente a salvaguardas tecnológicas relacionadas à participação dos dois países em lançamentos de foguetes a partir do Centro de Lançamentos de Foguetes de Alcântara, no Maranhão, celebrado em Kiev (capital ucraniana), em janeiro de 2002.

Diretores da Anvisa são sabatinados

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem pareceres favoráveis a duas mensagens presidenciais indicando os nomes do médico Franklin Rubinstein e do farmacêutico Victor Hugo Costa Travassos da Rosa para a diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). As indicações seguem agora para apreciação do Plenário do Senado em regime de urgência.

Antes da votação secreta, os indicados fizeram um relato sobre o funcionamento da Anvisa e o que pretendem fazer à frente do órgão. Rubinstein defendeu maior participação de estados e municípios no processo de vigilância sanitária e a necessidade de a agência instalar um sistema nacional de vigilância.

Travassos da Rosa acredita que o país deve incentivar a produção de medicamentos e insumos, como forma de deixar de ser apenas um importador, mas se manifestou preocupado com os índices de infecção hospitalar, responsáveis por 140 mil mortes por ano.

A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), elogiou as indicações para a diretoria colegiada da Anvisa. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que a Anvisa realiza “um trabalho muito bem feito”.



ELOGIOS Indicações para a diretoria da Anvisa agradaram a Lúcia Vânia

Heráclito denuncia crise em universidade estadual

Ao registrar que a Universidade Estadual do Piauí (Uespi) vive a pior crise de sua história, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) denunciou que o governo estadual apenas assiste à greve de estudantes e professores, ao sucateamento das instalações e à indefinição sobre os cursos. Ele informou que as 4.650 va-

gas oferecidas no vestibular de 2002 serão reduzidas a 2.965.

– O calendário acadêmico vem sofrendo atraso. O argumento da falta de recursos pode ser real, mas duvido que alguém, em sã consciência, possa dizer que é justo um salário-base de R\$ 338 para um professor com doutorado – afirmou Heráclito. De acordo com o senador, em janei-

ro último, a ex-reitora Socorro Cavalcanti transferiu o cargo para a nova administração com os salários em dia, nenhum débito e mais de R\$ 1 milhão em caixa. Hoje, comparou, há atraso no pagamento dos salários e a prestadores de serviços. Heráclito também pediu coerência ao PT, que administra o governo do estado. Em aparte, Antonio Carlos Maga-

lhães (PFL-BA) disse que a situação das universidades públicas é de calamidade. Já Mão Santa (PMDB-PI) destacou que, quando governador do Piauí, criou faculdades em 32 campus avançados no Piauí. Tasso Jereissati (PSDB-CE) declarou que a situação constatada atualmente no Piauí é um retrato do que ocorre nos demais estados brasileiros.



OMISSÃO Para Heráclito, governo do Piauí assiste passivo à crise da Uespi



ILÍCITO Não recolhimento de ICMS é apropriação indébita de recurso público, diz Capiberibe

Capiberibe critica anistia de multas do ICMS

O Programa de Recuperação Fiscal do Amapá (Prefis) recebeu críticas do senador João Capiberibe (PSB-AP) em pronunciamento ontem. O programa, aprovado pela Assembleia Legislativa do estado e sancionado pelo governador Waldez Góes (PDT) em julho, concede anistia de 50% a 100% sobre os juros e multas de débitos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e permite o parcelamento do saldo devedor. Na avaliação de Capiberibe, o benefício é impróprio, uma vez que o comerciante é um intermediário entre o contribuinte e o fisco.

– Afirmando com veemência minha posição contrária a esse tipo de medida, em primeiro lugar porque o não-recolhimento do ICMS devido tratou-se de apropriação indébita de recursos públicos, sobre o qual deve haver punição e não benefícios – frisou o senador.

Além disso, afirmou Capiberibe, o governo do Amapá, ao instituir o programa, desrespeitou a Lei de Responsabilidade Fiscal, que, no artigo 14, exige que renúncia fiscal somente pode ocorrer se prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No mesmo pronunciamento, Capiberibe propôs a realização de debate sobre as distorções distributivas do modelo tributário brasileiro.

Delcidio faz homenagem aos 225 anos de Corumbá

■ Para o senador, sua cidade natal representa os novos rumos do país, com crescimento e desenvolvimento

O senador Delcidio Amaral (PT-MS) prestou homenagem ao município de Corumbá (MS), que no próximo domingo completará 225 anos de criação. Para ele, Corumbá, sua cidade natal, representa os novos rumos que o país deverá adotar, e justificou a avaliação citando obras que estão sendo planejadas ou construídas na cidade e na região, como a construção de usina termelétrica, a recuperação da BR-262, a implantação do "Trem do Pantanal", entre outras. Acrescentou que, em breve, surgirão outros pólos de desenvolvimento semelhantes.

Segundo Delcidio, na época do seu apogeu, entre 1913 e 1920, Corumbá centralizava todo o comércio feito pela Bacia do Prata, atendendo inclu-

sive Paraguai e Bolívia. O senador explicou que, nesse sentido, Corumbá foi uma espécie de embrião do Mercosul.

A seguir, Delcidio também homenageou a Petrobras pelos 50 anos que completará no próximo dia 3, e destacou que a empresa, seguindo orientação do Ministério de Minas e Energia e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passará a incorporar a responsabilidade social como um dos fatores do seu plano estratégico. Neste sentido, uma das primeiras medidas já anunciadas será a criação do programa Petrobras Fome Zero.

Delcidio elogiou ainda a iniciativa da Petrobras de criar o projeto Molhar a Terra, uma parceria de vários ministérios, governos estaduais e municipais, autarquias e empresas públicas e privadas, com o apoio do Sistema S, de entidades sindicais e outros setores organizados da sociedade civil. Ele acrescentou que serão investidos R\$ 303 milhões, recursos que beneficiarão 4 milhões



REALIZAÇÕES Delcidio também destacou o cinquentenário da Petrobras e seus novos projetos

de pessoas em três anos e meio.

Em aparte, o senador César Borges (PFL-BA) parabenizou Corumbá pelo aniversário e sugeriu que a Petrobras, em vez de participar do Fome Zero, promova uma redução nos preços cobrados pelos combustíveis. Ele acredita que, dessa forma, haverá uma efetiva redução da fome, com o barateamento do preço dos alimentos.

Raupp cobra construção de gasoduto

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) fez apelo ontem, em Plenário, para que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Ministério Público Federal cumpram a decisão do desembargador federal Antonio Ezequiel, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que permite a execução das obras do Gasoduto Urucu-Porto Velho, em Rondônia.

Raupp explicou que o Ibama havia dado licença prévia ao empreendimento da Petrobras Gás S.A. (Gaspetro) em agosto de 2002, mas em outubro do mesmo ano ela foi suspensa por decisão do juiz federal



PREJUÍZO Atraso na obra agrava problemas ambientais em Porto Velho, afirma Valdir Raupp

Boaventura João Andrade, da 4ª Vara do Amazonas. Agora, o desembargador federal Antonio Ezequiel concedeu suspensivo

parcial da liminar que impedia a continuidade da obra.

De acordo com o senador, as obras paradas provocam prejuízos financeiros e ambientais.

– São milhões de dólares já apropriados pela Gaspetro que estão tendo uso postergado, em prejuízo de todos – observou o senador.

Entre os problemas causados pelos atrasos na construção do gasoduto, Raupp destaca que, enquanto o combustível limpo e menos oneroso não chega a Porto Velho, a termoelétrica ali instalada utiliza 1 milhão de litros de óleo diesel por dia para ser movimentada, causando grande poluição atmosférica.

Mozarildo quer legalizar terras em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) comemorou a criação pelo governo do grupo de trabalho interministerial, que deverá apresentar um diagnóstico sobre a situação fundiária em Roraima. De acordo com o senador, o estado é formado praticamente por terras da União – apenas 12% do território não são compostos de reservas indígenas e ecológicas. A situação, alertou Mozarildo, tem trazido insegurança para os roraimenses, especialmente os produtores rurais.

Um exemplo desse quadro, para o senador, é a decisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de retomar terras adquiridas por produtores rurais de assentados rurais. Em protesto, os produtores interditaram a BR-174, uma das principais rodovias do estado.

– Agricultores e pecuaristas que compraram de boa-fé estão sendo forçados a abandonar as terras por ação do Incra – alertou o senador, elogiando a decisão do presidente do instituto.

Farão parte do grupo interministerial representantes dos Gabinetes Civil e de Segurança Institucional, da Advocacia Geral da União e dos ministérios da Defesa, Justiça, Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente e Planejamento.



SOLUÇÃO Mozarildo aplaude criação de grupo para diagnosticar conflitos fundiários

Renan: lobby das armas desfigurou o estatuto

O Estatuto do Desarmamento foi totalmente desfigurado na Câmara dos Deputados por força do lobby das indústrias de armas e munições, denunciou ontem, em Plenário, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Ele esclareceu que o substitutivo da deputada Laura Carneiro, aprovado na última quarta-feira pela Comissão de Segurança Pública, contém brechas que derrubaram restrições para concessão do porte e posse de armas e, na prática, anula o estatuto.

O líder do PMDB lembrou que o estatuto foi aprovado

pelo Senado e remetido à Câmara após acordo de lideranças das duas Casas pela sua aprovação em urgência urgentíssima. Ele disse que, com a decisão do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, de que o estatuto deveria ter tramitação normal, a proposta perdeu a urgência. Para o senador, a decisão descumpriu o acordo e também condena os brasileiros a conviverem por mais tempo com a violência. Renan Calheiros fez apelo para que a decisão seja revista.

Em aparte, Renan recebeu o apoio do senador Romero Jucá (PMDB-RR).



Renan pede o restabelecimento da urgência

Borges pede aprovação da proposta do Senado

Em pronunciamento ontem, o senador César Borges (PFL-BA) pediu que o PT e os partidos aliados do governo “façam prevalecer sua maioria na Câmara dos Deputados e mostrem vontade de aprovar o Estatuto do Desarmamento” da maneira como foi votado no Senado. Para ele, é papel da base de sustentação “corresponder aos compromissos assumidos”, uma vez que o governo participou todo o tempo dos entendimentos mantidos para a elaboração do projeto.

Aprovado por unanimidade no Senado, o estatuto foi bastante modificado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara. O senador disse que ainda há tempo para que o tex-

to volte a ficar parecido com o que foi aprovado no Senado, uma vez que a matéria ainda será votada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR) e pelo Plenário daquela Casa.

Na CCJR, o relator da matéria é o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), que também foi o relator da Comissão Mista Especial do Congresso que deu a forma final ao estatuto. O deputado, segundo o senador, “se mantém fiel aos princípios que foram debatidos na comissão mista”.

Em aparte, César Borges foi apoiado pelos senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Consultores discutem reforma em seminário

A Consultoria Legislativa, em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), promoveu ontem, no Senado, o seminário “PEC da Reforma da Previdência: o Projeto Aprovado pela Câmara, suas Virtudes e seus Pontos Polêmicos”. O debate enfocou aspectos técnicos do projeto.

No evento, os consultores Gilberto Guerzoni Filho, Fernando

Boarato Meneguim e Flávio Freitas Farias analisaram o texto da reforma da Previdência encaminhado à Casa.

Os pontos mais debatidos foram a fixação do teto salarial, o fim da paridade e a contribuição dos inativos e dos pensionistas. Para os expositores, a taxação dos pensionistas não obedece a uma lógica previdenciária.

Mudança de posição do PT é criticada por Alvaro

■ Para ele, alterações na Previdência contrariam discursos feitos até pouco tempo por membros do partido

A mudança de posição do Partido dos Trabalhadores em relação à Previdência Social foi criticada ontem pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele conclamou os senadores a modificarem a proposta de iniciativa do governo, mesmo tendo sido rejeitadas todas as emendas pelo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Para o PT, era inadmissível a contribuição dos inativos. Jamais o PT, em qualquer de suas instâncias, concordou com cobrança de inativos. Alegava-se



REAÇÃO Alvaro Dias conclama senadores a alterar proposta de iniciativa do governo Lula

a inconstitucionalidade da medida. Mas hoje esse passado ficou no passado. Não há mais lembrança dos compromissos assumidos. Por isso se fala hoje em estelionato eleitoral. Causa estupefação essa vertiginosa mudança no discurso e na prática. Não há como não se revol-

tar, especialmente aqueles atingidos de forma brutal em seus direitos – afirmou.

Alvaro citou discursos feitos até recentemente por integrantes do PT, destacando pronunciamento da hoje ministra da Assistência Social, Benedita da Silva. Segundo o parlamentar, a senadora afirmava que a reforma da Previdência que se queria aprovar no governo de Fernando Henrique Cardoso “eliminava e escamoteava direitos adquiridos dos trabalhadores brasileiros, que levaram meio século para conquistá-los”.

O senador lembrou advertência do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Cláudio Baldino Maciel, que em audiência pública alertou os parlamentares para o risco de a emenda ser considerada inconstitucional.

ACM quer manter direito de policiais

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu a equiparação dos policiais militares (PMs) aos integrantes das Forças Armadas. Ele ressaltou que os policiais cumprem papel destacado na defesa do cidadão, “arriscando suas vidas até mais do que os oficiais e soldados do Exército, Marinha e Aeronáutica”.

Antonio Carlos lembrou que,



ACM defende a equiparação dos PMs aos militares

de janeiro de 2001 a julho de 2003, somente em São Paulo morreram 297 PMs. No Brasil inteiro, em 2001, 351 policiais foram assassinados no cumprimento do dever. Nesse mesmo ano, nos Estados Unidos, comparou o senador, morreram 140 policiais, incluindo 71 que foram vítimas do ataque terrorista de 11 de setembro.

Foram essas as razões que levaram o senador a apresentar emenda à reforma previdenciária mantendo o dispositivo que garante aos policiais o direito de contar, para aposentadoria, o período de academia militar.

A proposta do governo elimina esse tempo, pelo fato de os policiais não contribuírem para a Previdência naquele período. A emenda de Antonio Carlos apenas mantém a possibilidade de os estados poderem legislar sobre o assunto.

Previdência leva magistrados a Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, conversou ontem sobre a reforma da Previdência Social com representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Segundo o presidente da Conamp, Marfan Martins Vieira, as entidades defendem a alteração pelo Senado dos três



ALTERAÇÕES Marfan Vieira expõe a José Sarney as reivindicações das entidades

pontos que mais as preocupam: as regras de transição, que a seu ver prejudicam o funcionário que ingressou no serviço público antes de 1988; a inicia-

tiva da lei para criação dos fundos de pensão da previdência complementar; e a paridade aos atuais servidores, “redigida no texto de maneira imprecisa e inadequada”.

Presidentes e conselheiros de tribunais de contas de todos os estados brasileiros também visitaram ontem o presidente do Senado, a quem manifestaram apreensão com o problema dos dos subtetos.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Valdir Raupp, Augusto Botelho, Mesquita Júnior, Papaléo Paes, Mão Santa e pela senadora Maria do Carmo Alves